



A influência da covid-19 no orçamento público de São João del-Rei



Fabiano Faria Valadão
Orientador: Pablo Luiz Martins

PROFIA P/UFSJ
2023

Produto técnico derivado de dissertação defendida junto ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (ANDIFES/PROFIA P). Para maiores informações ver: VALADÃO, F. F. A INFLUÊNCIA DA COVID-19 NO ORÇAMENTO PÚBLICO DE SÃO JOÃO DEL-REI: UM ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DO EQUILÍBRIO PONTUADO. 2023. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública), Universidade Federal de São João del-Rei, 2023.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pandemia da COVID-19 trouxe consigo uma série de desafios para os governos em todo o mundo, afetando não apenas a saúde pública, mas também as finanças e o orçamento público, sobretudo a nível municipal. O orçamento público é o instrumento que dá suporte à gestão dos planejadores, além de ser também uma importante ferramenta de transparência e *accountability* disponível à sociedade no controle dos gastos (Gaspar; Mauro, 2020).

Este relatório apresenta a análise do comportamento das contas públicas durante a pandemia, assim como das opções por alocações dos recursos pelo governo municipal de São João del-Rei diante da crise. Isso pode resultar em uma nova perspectiva sobre o entendimento dos orçamentos, aplicável tanto no âmbito do setor público quanto no privado, considerando as complexidades adicionais introduzidas pela pandemia.

Com base na teoria do equilíbrio pontuado, este relatório investigou a dinâmica da arrecadação municipal, as opções de tomada de decisão e as estratégias empregadas pelo governo de São João del-Rei em resposta à pandemia. Ao explorar as preferências dos agentes públicos, os incentivos políticos e as restrições fiscais, o relatório buscou apresentar os reflexos da COVID-19 no orçamento público do município.

A pandemia criou uma demanda urgente por gastos em saúde pública e medidas de proteção, que muitas vezes exigiram uma readequação das prioridades orçamentárias (Funcia, *et al.*, 2022). A incerteza em torno da duração e do impacto da crise também dificultou a previsão de receitas e despesas orçamentárias, tornando a gestão financeira ainda mais desafiadora. Foi exigida da administração pública uma resposta ágil e efetiva para enfrentar esses desafios e garantir o bem-estar da população.

Somente a atuação burocrática, conhecida como incremental, na qual se replicavam as destinações de recursos de anos anteriores, passou a não mais satisfazer aos anseios do planejamento orçamentário (Ollaik, *et al.*, 2011), pois, esperava-se dos agentes públicos que, ao administrar a escassez de recursos do município, se antecipassem às mudanças de rota impostos por um cenário desafiador e por vezes imprevisível.

Para atender as demandas recém-surgidas, os governos modificaram seu planejamento orçamentário em caráter de urgência devido aos efeitos sociais e econômicos resultantes do esforço da população e do Poder Público (Monteiro *et al.*, 2020). Os

orçamentos para o exercício de 2021 e seguintes buscaram ajustar as disponibilidades para que fossem atendidas com prontidão as necessidades da população.

Este relatório buscou examinar as ações orçamentárias adotadas pelos entes públicos frente às situações emergenciais além de propor o aperfeiçoamento da atuação em situações de crises, sanitárias ou não, que possam surgir no futuro, bem como pela disponibilização à sociedade de informações sobre a efetividade da atuação da gestão municipal no período supracitado.

PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

Esse relatório traz potenciais benefícios para diversos agentes envolvidos no contexto da gestão pública e no enfrentamento da crise provocada pela COVID-19. Primeiramente, os gestores públicos municipais podem se beneficiar ao compreenderem melhor os desafios e as oportunidades enfrentadas durante a pandemia embasando suas decisões em um modelo teórico adequado, adquirindo conhecimentos que podem balizar suas decisões orçamentárias e políticas públicas futuras.

Os membros do Poder Legislativo, ao obterem acesso ao relatório, poderão compreender a dinâmica de investimentos e desinvestimentos de determinadas agendas políticas no período investigado, assim como a sociedade como um todo, uma vez que a pesquisa oferece modelos para aprimorar a transparência e prestação de contas dos governos locais, promovendo uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos e uma melhor compreensão dos impactos da pandemia no bem-estar da população.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A prefeitura de São João del-Rei é responsável pela gestão dos recursos municipais. A arrecadação de impostos, taxas e transferências constitucionais é fundamental para a manutenção dos serviços públicos, como saúde, educação, infraestrutura, segurança, dentre outros.

No que tange às informações a respeito do orçamento do Município, o sítio oficial afirma que o orçamento é elaborado levando em consideração as demandas e prioridades da cidade. O setor de planejamento é o responsável pelas peças orçamentárias e está alocado na Secretaria Municipal de Governo e Gabinete. O sítio oficial traz somente

informações desatualizadas referentes ao orçamento participativo de 2014 (São João del-Rei Secretarias, 2023).

Dentre as 48 atribuições da Secretaria Municipal de Governo e Gabinete, descritas em seu sítio eletrônico, apenas a atribuição de n.º 41 menciona alguma relação ao planejamento orçamentário, como a seguir: “participar, efetivamente, nos processos de discussão e elaboração dos planos (PPA, Plano de Diretor e outros), lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, bem como das audiências públicas” (São João del-Rei Secretarias, 2023).

Devido ao fato de o orçamento de 2020 ter sido elaborado e aprovado ainda no exercício de 2019, não havia preparação física ou financeira para a demanda que viria a surgir com a chegada do vírus no município.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste relatório é demonstrar como a pandemia influenciou as contas públicas, sua dinâmica arrecadatória e alocativa, além das motivações dos gestores por determinadas alocações de recursos em períodos da crise sanitária.

O período estudado é o da decorrência da COVID-19, tendo seu início em 2020 e se estendendo aos orçamentos de 2021 e 2022. Ademais, os anos de 2018 e 2019 - período pré-covid- foram estudados para efeito de comparação, sendo que, períodos anteriores a 2018 faziam parte do PPA de outro governo e não foram incluídos no presente estudo.

ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Este relatório fornece uma análise dos dados econômicos do município de São João del-Rei, referentes aos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Foram analisados os orçamentos antes da pandemia da COVID-19 e durante o período da crise sanitária.

O município de São João del-Rei é um centro urbano de destaque em Minas Gerais e desempenha um papel crucial na economia regional e nos cuidados com saúde dos municípios vizinhos por, dentre outras coisas, ser a sede do Hospital Nossa Senhora das Mercês e da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei.

Os dados a seguir refletem valores e porcentagens significativas relacionados ao orçamento geral do município, à arrecadação de receitas, despesas com saúde e despesas com assistência social.

Por pragmatismo, o trabalho prescindiu da correção inflacionária, visto que, ao longo do estudo ficou evidenciado que simplificar o processo e concentrar-se nas tendências brutas do período analisado se mostrou uma abordagem mais eficiente.

A influência de fatores locais e a possível predominância de elementos regionais sobre as taxas gerais de inflação podem tornar a análise direta dos valores nominais mais relevante. Neste caso, uma análise sem ajuste inflacionário é mais viável, especialmente quando a intenção é comunicar os resultados de maneira acessível a gestores municipais e ao público em geral.

RECEITAS GERAIS DO MUNICÍPIO

A peça orçamentária de um município é ferramenta crucial para planejar e alocar recursos em diversas áreas, garantindo a prestação adequada de serviços públicos à população. A crise da COVID-19 trouxe desafios para os governos locais, impactando não apenas a saúde pública, mas também a economia e as finanças públicas.

No período de 2018 a 2022, as receitas tributárias saltaram cerca de 89%, indicando um crescimento substancial na capacidade do governo municipal de arrecadar fundos. Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o desenvolvimento econômico da região e possíveis mudanças nas políticas fiscais.

Uma análise mais detalhada revela que em 2021 houve um crescimento impressionante de cerca de 105,1% nas "outras receitas correntes" em comparação com o ano anterior, 2020. No entanto, as receitas de capital tiveram um comportamento oposto, arrecadando R\$6,50 milhões em 2019, mas reduzindo para R\$2,18 milhões em 2020.

Tabela 1: Valor das Receitas Próprias e Receitas de Transferências Arrecadadas

	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas					
Tributárias	33.397.638,86	37.150.021,53	36.574.687,51	46.818.086,45	63.298.688,57
Outras					
Receitas	48.768.373,58	53.760.680,04	55.474.651,51	55.412.205,56	86.141.792,40
Receitas de					
Transferências	143.203.776,86	170.123.263,31	204.588.287,57	233.921.415,53	243.103.427,25
Total	225.369.789,30	261.033.964,88	296.637.626,59	336.151.707,54	392.543.908,22

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Relatório do TCE-MG, 2023

As "outras receitas" cresceram mais de 76% entre 2018 e 2022, sugerindo uma diversificação das fontes de renda do município. Além disso, as receitas de transferências tiveram um crescimento notável de aproximadamente 69% entre 2018 e 2022, indicando uma maior cooperação entre níveis de governo ou um aumento na distribuição de recursos por programas de transferência de renda.

No que diz respeito aos impostos municipais, os valores arrecadados com o ISS evoluíram 62,1% de 2018 a 2022, refletindo a prosperidade do setor de serviços na região. O ITBI também registrou um aumento de cerca de 79,3%, refletindo a atividade no mercado imobiliário. Além disso, a arrecadação com IRRF mostrou um aumento impressionante de 123,9%, possivelmente relacionado ao aumento dos rendimentos da população local. Além disso, a conta "Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" apresentou o crescimento mais notável, com um aumento de aproximadamente 340,3% de 2018 a 2022.

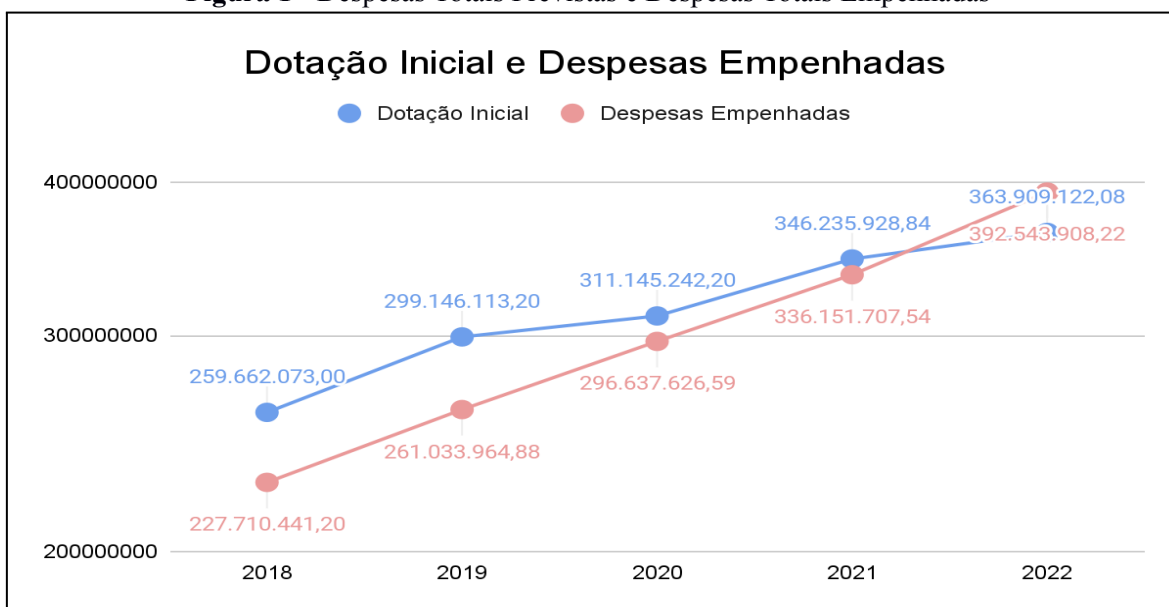
No geral, em 2022, o município recolheu cerca de R\$392,5 milhões, um aumento de mais de 74% em relação a 2018, enquanto o índice de inflação, medido pelo INPC, somou 29,44% no mesmo período. Isso sugere que o governo municipal foi eficaz na expansão de sua base tributária e na gestão de suas finanças, proporcionando um crescimento sólido de receitas em um contexto econômico desafiador. Essas mudanças podem ter implicações significativas para o planejamento e desenvolvimento futuro da cidade.

DESPESAS GERAIS DO MUNICÍPIO

O relatório analisa as tendências das despesas municipais durante o período de 2018 a 2022, com uma metodologia comparativa, em que dados dos períodos precedentes à pandemia foram colocados frente aos dados dos exercícios da crise de COVID-19.

Como demonstrado na figura 1, no período pré-pandemia (2018-2019), as previsões de despesas municipais aumentaram de R\$259 milhões para R\$299 milhões, representando um aumento percentual de cerca de 15,2%. Paralelamente, as despesas realizadas também aumentaram, mas em menor medida, passando de R\$227 milhões para R\$261 milhões, um aumento percentual de aproximadamente 14,63%.

Figura 1 - Despesas Totais Previstas e Despesas Totais Empenhadas



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Relatório do TCE-MG, 2023

Nota: Incluídas Despesas Intraorçamentárias

Entretanto, a chegada da pandemia em 2020 teve um impacto significativo nas despesas municipais. Embora a peça orçamentária de 2020 tenha sido produzida em 2019 e previsse uma desaceleração no crescimento das despesas municipais, as despesas realizadas aumentaram para R\$296 milhões, um aumento percentual de cerca de 13,63% em relação ao ano anterior. Esse aumento reflete as necessidades emergenciais da pandemia, incluindo gastos em saúde, apoio social e outras medidas de mitigação.

A análise sugere que, mesmo diante do estado de calamidade pública, a execução geral das despesas municipais seguiu um padrão comum ao modelo incremental. Esse modelo, amplamente utilizado no Brasil, é caracterizado pela construção do orçamento com referência ao ano anterior, composto por uma parte fixa (base orçamentária) e uma parte variável e sujeita a flutuações, chamada de incremental (Da Silva; Do Nascimento; Da Silva, 2020).

Nos anos subsequentes (2021 e 2022), as previsões de despesas municipais continuaram a aumentar, atingindo R\$346 milhões em 2021 e R\$363 milhões em 2022, representando aumentos percentuais de cerca de 11,1% e 5,1%, respectivamente. Esses aumentos podem refletir uma abordagem adaptativa às necessidades em evolução do município.

As despesas efetivamente realizadas também aumentaram, indicando esforços contínuos para alocar recursos de maneira eficaz para atender às demandas resultantes da pandemia e manter a estabilidade financeira.

Durante a pandemia, a saúde e a assistência social emergiram como áreas críticas, recebendo investimentos substanciais para responder às necessidades imediatas da população. Outros setores, como educação e saneamento, apresentaram variações nas alocações percentuais, refletindo a complexidade das decisões orçamentárias diante de uma crise multifacetada.

A análise também destaca a necessidade de uma gestão orçamentária flexível, capaz de ajustar alocações para enfrentar desafios imprevistos e garantir a eficácia das políticas públicas em tempos de crise. A pandemia de COVID-19 evidenciou a importância de uma abordagem estratégica e adaptativa na alocação de recursos para garantir a resiliência do município diante de crises de magnitude semelhante.

Além disso, as alocações percentuais para funções específicas, como saúde, educação, assistência social e saneamento, mostram como as prioridades do governo foram ajustadas ao longo do período, refletindo a dinâmica das necessidades da população e da crise em curso.

O relatório prossegue com uma análise das variações orçamentárias, destacando que essas variações não podem ser explicadas pela metodologia incremental de orçamentação. Enquanto o modelo incremental busca minimizar os custos de obtenção de informações e baseia-se em decisões prévias, a teoria do Equilíbrio Pontuado reconhece a influência de períodos de estabilidade e mudanças significativas na definição da agenda e nas mudanças progressivas (Birkland, 2019). Assim, a dinâmica observada no estudo parece ser mais compatível com o modelo do Equilíbrio Pontuado.

A tabela 02 mostra a evolução das Despesas Empenhadas por Função ao longo do período abrangido pelo estudo. Funções com saldos inferiores a 1,00% do total foram agrupadas em "Outros".

A tabela destaca as alocações efetivas em diferentes áreas de governo e suas variações ao longo dos anos.

Tabela 2 - Despesas Empenhadas por Função de 2018 a 2022

	2018	2019	2020	2021	2022
Legislativa	4.557.406,34	4.627.246,43	4.543.561,61	4.390.356,13	5.243.429,90
Administração	27.031.490,40	29.929.361,87	32.649.616,21	33.859.580,47	43.793.336,92
Assistência Social	7.326.072,33	8.609.466,11	11.996.498,07	8.648.888,82	12.014.368,95
Previdência Social	25.174.518,19	28.303.739,54	29.445.308,45	31.762.988,13	39.013.698,06
Saúde	75.259.944,19	78.706.964,86	102.027.748,36	121.914.472,44	111.733.742,76
Educação	31.847.130,45	33.347.312,78	34.379.010,62	38.269.587,66	46.650.295,46
Cultura	3.258.308,42	3.343.352,37	3.531.358,20	2.398.151,44	3.558.198,39
Urbanismo	15.683.374,62	19.936.942,11	30.756.181,18	31.315.492,23	55.698.528,19
Saneamento	17.443.136,76	21.229.030,07	17.042.511,13	21.168.443,04	18.479.534,85
Outros	20.129.059,50	21.912.154,56	24.067.939,57	22.329.993,11	45.355.827,46
Total	227.710.441,20	249.945.570,70	290.439.733,40	316.057.953,47	381.540.960,94

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Relatório do TCE-MG, 2023

A função Saúde demonstrou um aumento nas alocações efetivas, especialmente a partir de 2020, refletindo a urgência e a necessidade de investimentos adicionais em saúde devido à pandemia. No entanto, em 2022, houve uma queda na alocação efetiva, possivelmente sugerindo uma redução após o pico da crise.

As alocações efetivas para a Assistência Social ficaram próximas das previsões, com pequenas variações ao longo do período. No entanto, em 2021, houve uma queda nas alocações efetivas em comparação com a previsão inicial, possivelmente devido a pressões econômicas e mudanças nas prioridades durante a pandemia.

No setor da Educação, as alocações efetivas ficaram abaixo das previsões em 2020 e 2021, refletindo as dificuldades na transição para o ensino à distância e as adaptações necessárias nas escolas.

As alocações efetivas para Saneamento divergiram das previsões em alguns anos, indicando ajustes nas prioridades devido à crise de saúde.

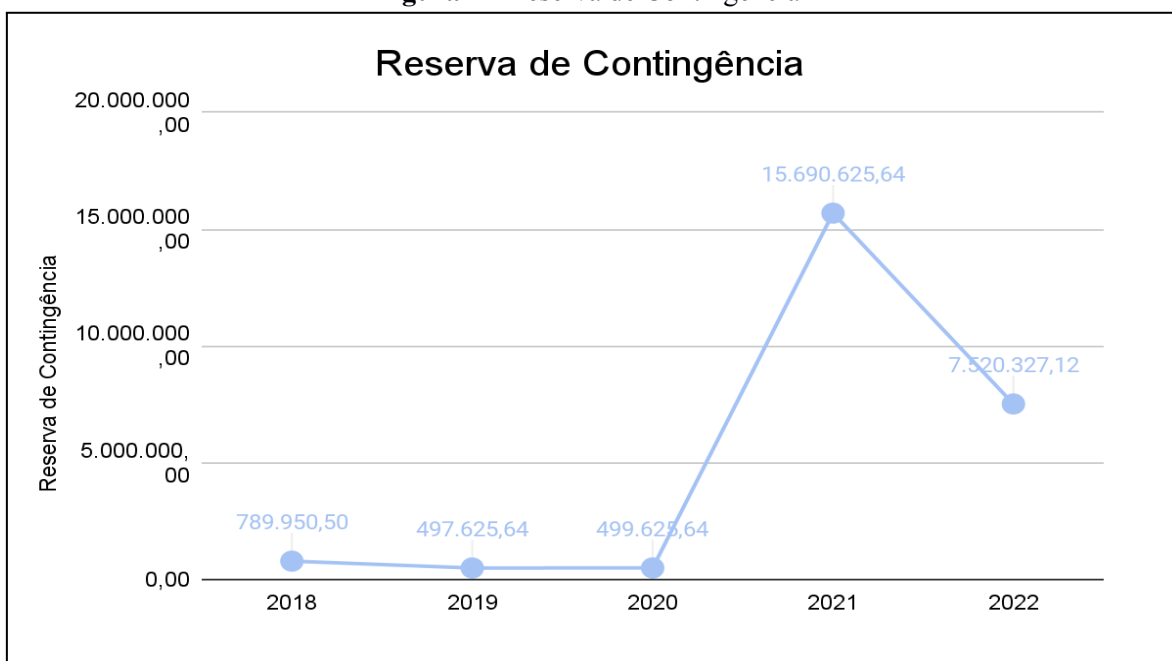
A análise comparativa entre as previsões orçamentárias e as alocações efetivas destaca as complexidades enfrentadas pela gestão pública em resposta à pandemia. A necessidade de ajustes em resposta à crise sanitária foi evidente, com alocações efetivas muitas vezes superando as previsões iniciais em áreas como Saúde. No entanto, em outras funções, como Assistência Social e Educação, as alocações efetivas foram afetadas negativamente pelas mudanças nas prioridades e pelas dificuldades enfrentadas durante a pandemia.

A análise também ressalta a compatibilidade das evidências com os postulados da teoria do Equilíbrio Pontuado. Essa teoria sustenta que a alocação de recursos orçamentários segue uma trajetória incremental devido à estabilidade que geralmente prevalece na produção de bens e na prestação de serviços públicos. No entanto, essa estabilidade é ocasionalmente perturbada por mudanças abruptas na distribuição dos fundos públicos, como observado durante a pandemia de COVID-19.

Por fim, o relatório conclui ressaltando a importância de uma gestão orçamentária flexível e adaptativa para lidar com eventos inesperados e garantir a eficácia das políticas públicas em tempos de crise. Além disso, destaca a necessidade de entender a dinâmica das prioridades orçamentárias e suas implicações para o bem-estar da população, como demonstrado na análise das funções de governo, como Saúde, Educação, Previdência Social e Administração, que representam uma parte substancial do orçamento municipal.

A figura 2 analisa as variações na alocação de recursos, com foco na reserva de contingência do município de São João del-Rei durante o período de 2018 a 2022. A reserva de contingência é uma prática financeira usada para prevenir eventos imprevistos e incertezas que possam afetar as operações de entidades públicas e privadas.

Figura 2 - Reserva de Contingência



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Relatório do TCE-MG, 2023

Em 2018, a reserva de contingência era de R\$789.950,50, mas houve uma redução significativa em 2019, caindo para R\$497.625,64, uma queda de cerca de 37%. Essa

redução pode ser atribuída a uma otimização de recursos ou a uma análise de riscos que levou a uma estimativa de menor necessidade de fundos de contingência.

Em 2020 e 2019, a reserva de contingência permaneceu em torno de R\$500.000,00, indicando estabilidade nas estimativas de riscos e incertezas para esses anos. No entanto, a estabilidade deve ser analisada com cautela, uma vez que pode ocultar variações internas nas categorias de risco consideradas ou outras mudanças no cenário financeiro e administrativo do município.

Em 2021, houve um aumento significativo na reserva de contingência, atingindo R\$15.690.625,64, um aumento de mais de 3.140% em relação ao ano anterior. Essa elevação levanta questões sobre os eventos ou circunstâncias que provocaram essa necessidade súbita de fundos de contingência, que pode estar relacionada à destinação do excedente dos recursos de 2021 ou a eventos inesperados ou reavaliação dos riscos associados às operações municipais.

Em 2022, no entanto, a reserva de contingência sofreu um novo declínio, chegando a R\$7.520.327,12, uma redução de aproximadamente 52% em relação ao ano anterior. Essa redução sugere volatilidade nos requisitos de fundos de contingência, condizente com o modelo do Equilíbrio Pontuado, que descreve a estabilidade interrompida por alterações drásticas na distribuição do dinheiro público.

As rupturas nos orçamentos públicos precisam ser analisadas com cautela e sob diferentes perspectivas. O modelo Incremental de elaboração de orçamentos se aplica a períodos históricos específicos, mas perde sua adequação ao analisar séries históricas abrangendo transformações mais profundas. Isso é especialmente evidente em momentos de crise, como a pandemia de COVID-19, que requer estratégias flexíveis e eficientes para gerenciar variações na alocação de recursos.

A teoria do Equilíbrio Pontuado é destacada como mais apropriada para analisar o cenário do país durante crises e mudanças nas políticas públicas ao longo do tempo. Ela contribui para o entendimento das dinâmicas orçamentárias e pode enriquecer os debates sobre alocação de recursos mais eficientes.

O trabalho conclui reforçando a importância de uma análise aprofundada dos modelos de tomada de decisão, como o Incremental, de Julgamento Serial, de Fluxos Múltiplos e de Equilíbrio Pontuado, em relação ao processo orçamentário brasileiro. Esses modelos podem complementar e enriquecer a dinâmica orçamentária, levando a alocações

de recursos mais eficientes e à adaptação a eventos inesperados, como a pandemia de COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados econômicos do município de São João del-Rei ao longo dos anos de 2018 a 2022 revela a resiliência da comunidade diante de desafios econômicos e de saúde significativos. Antes da pandemia, a cidade estava em uma trajetória positiva, com crescimento econômico, investimentos em infraestrutura e uma sólida gestão das finanças públicas. A saúde e a assistência social eram prioridades, refletindo um compromisso com o bem-estar dos cidadãos.

Durante a pandemia, o município respondeu com um aumento significativo nos gastos com saúde e assistência social, reconhecendo a necessidade de apoiar os mais afetados pela crise. Isso demonstra a flexibilidade e a adaptabilidade da administração municipal diante de situações de emergência.

À medida que a economia começa a se recuperar em 2021 e 2022, torna-se imperativo manter o foco na gestão responsável dos recursos, na transparência orçamentária e na avaliação contínua dos programas sociais. A pandemia da COVID-19 trouxe lições valiosas sobre a importância de preparação e resiliência, tanto para o município quanto para toda a sociedade.

Concluindo, o município de São João del Rei demonstrou resiliência em face dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Continuar a monitorar os indicadores econômicos, investir em infraestrutura e manter um forte compromisso com a saúde e a assistência social é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade a longo prazo.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

Neste segmento, propõe-se uma iniciativa que resultará na criação de um produto técnico/tecnológico. É fundamental ressaltar que essa elaboração servirá para integrar o conhecimento gerado na academia com a situação prática abordada pela pesquisa em questão. Essa integração constitui um elemento fundamental na formação do programa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional.

Apresentamos aos gestores do município de São João del-Rei uma proposta para o desenvolvimento de um sistema de gestão de riscos e contingências voltado para orçamentos públicos municipais em situações de crise, utilizando a teoria do Equilíbrio Pontuado como base para sua formulação.

Este sistema incorporará tecnologias de inteligência artificial (IA) para melhorar a tomada de decisões estratégicas em períodos de crise, como a pandemia da COVID-19.

Recursos e Funcionalidades do Sistema:

Análise Avançada de Dados: O sistema utilizará algoritmos de IA para analisar grandes volumes de dados, incluindo informações financeiras, indicadores de saúde, dados socioeconômicos e outras fontes relevantes. A análise avançada de dados permitirá identificar padrões, tendências e relacionamentos complexos que podem afetar o orçamento público durante uma crise.

Modelos Preditivos: Por meio de técnicas de aprendizado de máquina, o sistema desenvolverá modelos preditivos que estimarão o impacto financeiro futuro de diferentes cenários de crise, em conformidade com a teoria do Equilíbrio Pontuado. Esses modelos ajudam os gestores a antecipar e avaliar os possíveis impactos financeiros e tomar decisões estratégicas.

Recomendações Inteligentes: Com base na análise dos dados e nos modelos preditivos, o sistema fornecerá recomendações inteligentes, considerando o conceito de Equilíbrio Pontuado, aos gestores sobre ações a serem tomadas durante uma crise. As recomendações serão personalizadas para cada município, considerando suas características específicas, resultados passados, metas estratégicas e restrições orçamentárias.

Monitoramento Contínuo e Alertas: A IA será aplicada para monitorar continuamente os indicadores-chave de desempenho financeiro e outros parâmetros relevantes, agindo como um sistema de alerta em consonância com a teoria do Equilíbrio Pontuado. O sistema emitirá alertas automáticos sempre que forem identificados desvios em relação às metas estratégicas ou quando ocorrerem situações de risco, permitindo uma resposta rápida e eficiente.

Implementação e Parcerias: A implementação desse sistema pode ser realizada em parceria com órgãos públicos, empresas especializadas em IA e consultorias em gestão pública. Esta colaboração garantirá a adaptação do sistema às necessidades e realidades

específicas do município de São João del-Rei, bem como o desenvolvimento de modelos e algoritmos adequados à gestão orçamentária em momentos de crise.

Benefícios Esperados: Esta proposta busca fornecer aos gestores públicos uma ferramenta de suporte à decisão que possibilite uma gestão orçamentária mais eficiente, adaptável e resiliente durante crises, em conformidade com a teoria do Equilíbrio Pontuado.

Espera-se alcançar os seguintes benefícios:

- Tomada de decisões embasadas em dados objetivos, considerando as mudanças rápidas de cenário.
- Identificação precoce de riscos e desvios orçamentários, alinhada com a dinâmica do Equilíbrio Pontuado.
- Alocação estratégica de recursos em momentos de crise, adaptando-se às mudanças repentinas.
- Resposta ágil e eficaz por meio de medidas corretivas e estratégias de contingência, de acordo com a teoria do Equilíbrio Pontuado.
- Melhoria da eficiência e eficácia dos serviços públicos oferecidos à população, considerando as variações constantes do ambiente político e econômico.

Além das práticas citadas, o produto tecnológico proposto poderia incrementar os seguintes pontos de qualidade das peças orçamentárias:

Avaliação de Programas Sociais: Realizar avaliações regulares dos programas sociais para garantir que eles atinjam seus objetivos de forma eficaz e eficiente, ajustando as alocações de recursos quando necessário.

Política de Investimento em Infraestrutura: Desenvolver uma política de investimento em infraestrutura de longo prazo que leve em consideração as necessidades da comunidade, garantindo a manutenção e expansão adequada das instalações públicas.

Controle de Custos: Implementar práticas de controle de custos para garantir que os gastos públicos sejam eficientes e estejam alinhados com os objetivos estratégicos do município.

Planejamento de Contingência: Estabelecer um plano de contingência financeira para situações de emergência, como pandemias, a fim de garantir que o município esteja preparado para crises econômicas.

Revisão de Alíquotas de Impostos: Periodicamente, revisar as alíquotas de impostos municipais para garantir que estejam em linha com as necessidades orçamentárias e a capacidade de pagamento dos contribuintes.

Combate à Evasão Fiscal: Reforçar as medidas de combate à evasão fiscal e sonegação de impostos para aumentar a arrecadação de receitas sem aumentar a carga tributária.

Incentivo ao Desenvolvimento Econômico: Promover políticas que incentivem o desenvolvimento econômico local, atraindo investimentos e estimulando a criação de empregos, o que, por sua vez, contribuirá para o aumento da receita municipal.

Redução de Desperdícios: Identificar e reduzir desperdícios e ineficiências em todos os setores, alocando recursos de forma mais eficaz.

Monitoramento de Indicadores de Desempenho: Implementar sistemas de monitoramento de indicadores de desempenho para avaliar a eficácia das políticas públicas e identificar áreas que requerem ajustes.

Equilíbrio entre Despesas e Receitas: Manter um equilíbrio entre despesas e receitas, evitando déficits orçamentários que possam comprometer a saúde financeira do município.

Descentralização de Recursos: Avaliar a descentralização de recursos para níveis locais, garantindo que as comunidades menores também tenham acesso aos benefícios do orçamento.

Política de Dívida Sustentável: Manter uma política de dívida sustentável, estabelecendo limites claros para o endividamento municipal e garantindo que os recursos obtidos sejam investidos em projetos que gerem retorno econômico e social.

A implementação dessas recomendações no processo orçamentário do município de São João del-Rei pode contribuir para torná-lo mais eficiente, equilibrado e justo, beneficiando a comunidade e garantindo o desenvolvimento sustentável da região.

RESPONSÁVEIS

O discente responsável por este trabalho foi o servidor do Legislativo municipal Fabiano Faria Valadão com orientação do Prof. Dr. Pablo Luiz Martins.

CONTATOS

Egresso: valadaoff@gmail.com

Orientador: pablo@ufsj.edu.br

DATA DA REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório foi realizado em novembro de 2023, baseado na dissertação relativa a este trabalho, elaborada entre junho de 2022 e outubro de 2023.

REFERÊNCIAS

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process: Theories, concepts, and models of public policy making**. Routledge, 2019.

DA SILVA, M. C.; DO NASCIMENTO, J. C. H. B.; DA SILVA, J. D. G. **Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Estado do Rio de Janeiro (2002-2018)**. Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, v. 28, n. 1, p. 27-46, 2020.

FUNCIA, F. *et al.* **Análise do financiamento federal do Sistema Único de Saúde para o enfrentamento da COVID-19**. Saúde em Debate, v. 46, p. 263-276, 2022.

GASPAR, V.; MAURO, P. **Fiscal Policies to Protect People During the Coronavirus Outbreak**. IMF Blog, 5. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/03/05/fiscal-policies-to-protect-people-during-the-coronavirus-outbreak>. Acesso em: 26 set. 2022.

MONTEIRO, J. J. *et al.*; (2020). **Reflexos da COVID - 19 no Orçamento Público do Governo Federal**. Revista Gestão Organizacional. 14(1), 97 - 116.

OLLAIK, L. G. *et al.*; **Novas direções para pesquisas orçamentárias no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, v. 15, n. 2, p. 347-357, 2011.

SÃO JOÃO DEL-REI. Secretarias. Prefeitura Municipal de São João del-Rei. **Secretarias**. Disponível em: <https://saojoaodelrei.mg.gov.br/pagina/10184/Sobre%20a%20secretaria>. Acesso em: 24 out. 2023.